

**Consumo, logo existo:
o atravessamento da cultura consumista em jovens em cumprimento de medidas
socioeducativas**

Sofia de Souza Lima Safi

**Trabalho apresentado como requisito parcial
para a obtenção do Grau de Psicólogo
sob orientação da
Prof.^a Dra. Sandra Djambolakdjian Torossian**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Dezembro, 2013**

SUMÁRIO

<i>1. Introdução</i>	3
<i>2. O estágio e suas práticas</i>	4
<i>2.1. Programa de Prestação de Serviço à Comunidade da UFRGS</i>	6
<i>2.2. Estação Psi - Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar</i>	8
<i>2.2.1. Acompanhamento Juvenil</i>	8
<i>2.3. Grupo de Assessoria a Adolescentes Selecionados pelo Sistema Penal Juvenil</i>	9
<i>3. As (múltiplas) adolescências</i>	10
<i>3.1 O imperativo do gozo na adolescência</i>	11
<i>3.2 A incompletude e o desamparo</i>	12
<i>4. Sociedade de consumo e identidade</i>	13
<i>4.1. Vida de espetáculo</i>	15
<i>4.1.1. O espetáculo da juventude</i>	17
<i>5. Fomentadores da cultura consumista</i>	18
<i>5.1. Televisão e outras mídias</i>	18
<i>5.2. Funk da ostentação</i>	19
<i>6. Narrativas dos jovens acompanhados</i>	20
<i>6.1. A pensão</i>	20
<i>6.2. Glamour e mulheres</i>	21
<i>6.3. Os maloqueiros do ônibus</i>	22
<i>7. Juventude em conflito com a lei</i>	24
<i>8. (Conclusão) Da falta que permanece</i>	25
<i>9. Referências Bibliográficas</i>	27

1. Introdução

A ideia do presente trabalho foi se formando pela minha prática do estágio de ênfase em Políticas Públicas no PIPA - Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei - da Universidade federal do Rio Grande do Sul, bem como pelo meu percurso de estudos sobre a cultura consumista da contemporaneidade. O que me proponho a tratar neste trabalho é como a vida para o consumo atravessa o universo dos adolescentes que passam pelos serviços do PIPA. Para isso, faço uma análise dos discursos desses jovens, através de narrativas que aparecem na minha prática de estágio - narrativas estas que escancaram o consumismo e individualismo da atualidade.

É importante fazer a ressalva de que não busco uma *origem* da criminalidade, isto é, não me proponho a trazer questões de causas e efeitos deterministas e reducionistas das relações aqui pensadas; procuro, justamente, questionar o que é produzido, o que emerge, nessas relações de força¹.

Uma sociedade marcada pelo culto ao imediatismo do prazer que os objetos proporcionam; uma constante exploração midiática em um ideal de vida repleto pelo consumo exacerbado; objetos que se tornam desatualizados instantes após de serem consumidos. Em nossa cultura, caracterizada pela individualidade, preza-se o imediatismo, o prazer, a negação da angústia, tudo dentro da perspectiva do consumo exacerbado - uma falsa promessa de que no consumo se encontrará o tal objeto de desejo perdido, uma sensação de completude que só se repetirá no próximo ato de consumo.

A sociedade ocidentalizada e globalizada em que vivemos nos demanda sermos felizes, e alcançamos a felicidade na medida em que somos ativos na produção dessa mesma sociedade. Quanto mais nos esforçamos para nos capacitar e buscar ser uma peça ativa nessa produção, mais nos tornamos potenciais consumidores. Segundo Betts (2004), “somos o que temos”, ou seja, é o nosso potencial de consumo que determinará o nosso sucesso e inclusão social, produzirá identidades sob uma perspectiva de negação da angústia. Ao perseguir a pretensa

¹ Segundo Foucault (1979), a força se constitui por seu poder de afetar outras forças - e por elas ser afetada. Diz de um funcionamento do poder, o qual deve ser pensado através de estratégias, e seus meios não são de apropriação, mas sim de táticas, técnicas, relações. Forças que se chocam e se atravessam, produzindo enunciados, enunciações e subjetividades.

completude, o indivíduo esbarra na triste realidade de uma impossível satisfação plena. O sujeito é convocado a responder por suas paixões, ser o mais responsável e eficiente possível, além de controlar seus excessos, desmesuras e inconstâncias.

Os adolescentes, por sua vez, já se encontram em uma espécie de limbo na vida consumista: devem estudar para poderem entrar no mercado de trabalho formal e para serem assíduos consumidores. Mas desde sempre recebem estímulos de todos os lados para se tornarem uma peça ativa na sociedade de consumo – mesmo ainda não tendo esse papel ativo no mercado. Ou seja, eles recebem inúmeros estímulos para o consumo, mas, ao mesmo tempo, não possuem, em geral, os recursos financeiros necessários para poderem suprir tais estímulos. Cabe aqui discutir a maneira que essa realidade está presente no discurso dos jovens que acompanho em meu estágio, interrogando-se o quanto as condições do laço social da atualidade estão subjetivando a vida e os comportamentos desses adolescentes.

2. O estágio e suas práticas

A discussão sobre medida socioeducativa no Rio Grande do Sul e no Brasil não apresenta uma uniformidade no que diz respeito ao seu lugar de educação e de socialização. Eventualmente, a medida socioeducativa é tomada como restituição, ou punição. Entretanto, a legislação desde o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA– Lei n. 8.069/1990), até o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE – Lei n. 12.594/2012) indica que a medida socioeducativa, norteadas pelo princípio da proteção integral, deveria ser proposta como um tempo de parada, no qual o adolescente possa redimensionar seu lugar social, a partir de ações implementadas por políticas voltadas para a juventude (Brasil, 2012). Um momento para se pensar em novos projetos de vida, para uma conversa, para uma política que leve em consideração as expressões juvenis. Ou seja, a proposta da medida socioeducativa é uma parada do jovem para a reflexão sobre seus próprios planos de vida, sobre a possibilidade de novos acertos comunitários e sociais, tendo em conta uma política que valorize a juventude em sua potência.

Nesse sentido, o Núcleo de extensão PIPA/UFRGS - Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - desenvolve ações comunitárias diretamente com adolescentes em medidas socioeducativas, com os familiares destes jovens, e com a rede local do bairro onde moram. O

atendimento ao público promovido nessas atividades de extensão é desenvolvido na interface com o ensino e a pesquisa, buscando a qualificação do estudo quanto à metodologia de intervenção para execução de medidas socioeducativas. A perspectiva interdepartamental e interdisciplinar busca potencializar ações que enfrentam as lógicas que tendem ao isolamento de áreas e disciplinas na formação.

Integram esse Núcleo o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PPSC/UFRGS), o Grupo Estação Psi e o G10 (Grupo de Assessoria a Adolescentes Selecionados pelo Sistema Penal Juvenil) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU). As equipes formadas por estudantes, docentes e técnicos dos cursos de Psicologia, Pedagogia, Direito e Serviço Social, desenvolvem o exercício de diferentes profissões num trabalho coletivo e interdisciplinar nas práticas com adolescentes em conflito com a lei. Elaboram ações sistemáticas contando com a participação de outros estudantes das Artes, Ciências Sociais, História e Serviço Social; e suas participações se dão na condição de bolsistas de extensão, bolsistas voluntários e e/ou estagiários. Dentre as diversas ações que compõem este núcleo, as que dizem da natureza do serviço são: defensoria de adolescentes que cometeram ato infracional, execução de medida, oficina socioeducativa; oficina de informática e vídeo; reunião com familiares; acompanhamento juvenil e intervenções na fila² de familiares que aguardam a visita de adolescentes que estão em medida socioeducativa de internação na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). Cada uma dessas três ações desenvolve práticas independentes e articuladas.

Aos adolescentes que uma vez cumpriram medida em meio aberto no PPSC e que cometeram novo ato infracional e foram internados na FASE - o que denominamos "egressos" - há a prática de visitas e acompanhamentos dentro dessa instituição. Esta prática também é realizada com os jovens assessorados pelo G10. Além disso, procura-se encaminhar os jovens internados que têm a possibilidade de atividade externa³, para alguma atividade do PPSC (para as oficinas socioeducativas ou para o curso de vídeo); aos jovens que não tem possibilidade de

² O Coletivo Filas iniciou como uma ação do G10 e hoje constitui-se como mais uma das equipes que integra o núcleo PIPA. Propõe-se a construir um espaço de acolhida, escuta e retirada de dúvidas jurídicas dos familiares dos jovens em medida de internação através de proposições coletivas - as quais vão desde conversas informais até oficinas.

³ Os tipos de medida de internação se distinguem entre ISPAE (internação sem possibilidade de atividade externa) e ICPAE (internação com possibilidade de atividade externa), a serem determinadas em audiência. Não obstante, segundo o Art. 121 § 1º do ECA “*será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário*”, o que possibilita que jovens em ISPAE também possam realizar algum tipo de atividade fora da FASE.

atividade externa, realizam-se visitas regulares. Também se faz o Acompanhamento Juvenil (AJ) para aqueles jovens que demandam um espaço de escuta, que solicitam atendimento.

2.1 Programa de Prestação de Serviço à Comunidade da UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul assinou, em abril do ano de 1997, um convênio com a 3ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre. O acordo previa o recebimento de jovens em conflito com a lei para cumprir medida socioeducativa e de prestação de serviço à comunidade. Em agosto do mesmo ano, a Faculdade de Educação da Universidade foi convidada a coordenar o programa, antes sob responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento e Recursos Humanos (DDRH).

No ano de 2000 ocorreram mudanças nas diretrizes da Assistência Social, acontecendo a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto – seguindo os preceitos do artigo 88, inciso I do ECA (Brasil, 1990). A partir disto, criou-se um convênio entre a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), representando o município de Porto Alegre, e órgãos do sistema judiciário de Porto Alegre, representados pela 3ª Vara Regional da Infância e da Juventude. Assim, firmou-se o convênio para realização em conjunto do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PEMSE).

Com a instituição do Sistema Único da Assistência Social – SUAS -, em 2010, o PEMSE passa a fazer parte de uma nova estrutura. O programa passa a ser executado nos CREAS (Centros de Referência Especializada da Assistência Social), ou seja, dentro dos serviços de média complexidade⁴. Com isso, o PPSC/UFRGS passa a receber os jovens referenciados no CREAS Partenon e CREAS Lomba do Pinheiro. Atualmente, o PPSC é uma unidade de execução do PEMSE onde circulam cerca de vinte jovens por mês em cumprimento de medida (Flores, 2010).

Os jovens que são encaminhados⁵ pelo PEMSE devem se apresentar junto com um responsável e seus documentos de apresentação (guia de inclusão e outros documentos do

⁴ Há dois níveis de proteção social especial: a baixa e a média complexidade. A proteção social especial da Assistência Social é destinada a pessoas e famílias em situação de risco ou vulnerabilidade. Os serviços de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral, isto é, algum tipo de acolhimento institucional.

⁵ Em geral, se há vagas sobrando em mais de uma unidade de execução de medida socioeducativa em meio aberto, o jovem tem a possibilidade de escolher em que unidade gostaria de cumprir sua PSC. Muitos jovens escolhem o PPSC/UFRGS por aconselhamento de amigos que já passaram por lá.

PEMSE) para uma entrevista inicial de acolhimento. Em seguida, o adolescente que inicia o acompanhamento no PPSC participará de três oficinas socioeducativas obrigatórias, das quais as duas primeiras acontecem em um espaço de grupo que já está em andamento. Na terceira oficina são apresentados os setores da Universidade em que o jovem cumprirá sua medida. Os setores são: a Gráfica da UFRGS, a Pró-reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAN), o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), a Secretaria do Pós da Educação, a Biblioteca da FACED e no próprio PPSC. A escolha do setor é pensada junto com o jovem na terceira oficina, usando-se como base o Plano Individual de Atendimento⁶ (PIA) que o adolescente elaborou junto ao CREAS. Após o ingresso no setor, o jovem pode continuar participando das oficinas, mas não mais com caráter obrigatório - não obstante, a cada três participações extras nas oficinas, se é dispensada uma semana de medida a ser cumprida.

Muito se discute o espaço de oficina e a função do socioeducativo dentro de uma medida de prestação de serviço à comunidade. Flores (2010) descreve a oficina socioeducativa como:

“(...) espaço de encontro, [que] poderia operar como uma “intervenção educativa”, orientada por uma pedagogia que acolhe e promove modos de expressão, possibilitando que o adolescente tenha um olhar para o que ele pode ser além da infração e da medida” (2010, pag. 78)

O funcionamento das oficinas alterna-se entre as de debates e as lúdicas, sendo que as de debate são geralmente mais reflexivas e densas, discutindo-se temas como as condições da FASE, maioridade penal, o próprio estar em conflito com a lei, violência policial entre outros temas do cotidiano dos jovens que acompanhamos. Nas oficinas lúdicas os jovens fazem circulações pela cidade, indo a exposições e eventos culturais e usando o espaço público para a prática de algum esporte; além disso, produzem materiais artísticos como quadros em decopagem e *stencil*.

⁶O PIA está inserido no capítulo IV do SINASE. Traça-se junto ao jovem em cumprimento de medida um plano que traga novas alternativas e possibilidades nos campos da saúde, educação e trabalho.

2.2 Estação Psi - Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar

O Grupo Estação Psi - *Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar* é um programa de extensão do Departamento de Psicologia Social e Institucional no Instituto de Psicologia da UFRGS. Este projeto surgiu a partir das discussões e questionamentos suscitados sobre a formação em Psicologia em atividades com adolescentes no cenário das políticas públicas. Tem por objetivo realizar ações de extensão no contexto de execução de medias socioeducativas, através da assessoria e formação em Psicologia Social e Institucional. Procura articular os adolescentes e as equipes da rede com as demandas de políticas públicas da saúde, educação e assistência social. A Análise Institucional e o Acompanhamento Juvenil constituem as estratégias metodológicas que orientam as práticas da Psicologia do Grupo Estação Psi.

No ano de 2009, O Estação Psi começou a realizar ações interdisciplinares com o PPSC/UFRGS e, em 2011, com o G10/SAJU, ampliando suas atividades ao compor o PIPA. Na construção desta estratégia, contribui para o desenvolvimento de uma metodologia de defensoria interdisciplinar no atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

2.2.1 Acompanhamento Juvenil

O AJ tem como referencial o Acompanhamento Terapêutico (AT), o qual se constitui no contexto da reforma psiquiátrica no Brasil, através de uma nova forma de clínica que conecta instituições e espaços urbanos. Sob esta ótica, o AT traz a possibilidade de se produzir uma clínica para além de um *setting* clássico, enquadrado. Conectando sujeitos ao espaço urbano, essa prática permite potencializar a utilização da área da cidade para a construção de laços sociais (Palombini, 2004), tensionando o lugar destes sujeitos nas relações de poder. Essa vinculação do AJ com o AT vem legitimando, enquanto intervenção, as práticas de circulação com os jovens em cumprimento de medidas, atravessando-se as fronteiras institucionalizadas do cumprimento de medida, da escola, do abrigo, etc. (Carvalho, 2012). A autora ainda questiona:

“Entre lugares e funções, a vida juvenil é marcada pelas práticas institucionalizadas que se infiltram nos modos de subjetivação como repertórios a serem correspondidos. E suas vontades por onde andam?” (2012, p. 76)

O Acompanhamento Juvenil propicia um espaço de escuta para essas vontades, rompendo com a rigidez institucional e legitimando o jovem acompanhado quanto sujeito desejante, uma vez que a escuta permite um acesso à singularidade de sentidos da palavra enunciada pelo sujeito. A escuta dos jovens institucionalizados atua no apagamento do sujeito que as medidas de internação podem causar, produzindo novas possibilidades de subjetivações. Como traz Alonso (1988) “(...) a *escuta age como um modo de produzir forças capazes de causar alguma ruptura em significações já sedimentadas*”. A escuta não está reduzida ao que se é falado; ela é observada, vivida, cheirada e tocada. Ao nos dispormos a escutar, nos deparamos com o inesperado, com a alteridade, com outras formas de subjetivação. Deste modo, a prática do AJ não é apenas um acompanhamento das necessidades imediatas dos jovens e da afirmação dos seus direitos como cidadãos; é um exercício de afetamento (tanto de quem é acompanhado quanto de quem acompanha) que possibilita a construção de sentidos outros na relação dos jovens com as instituições.

2.3 G10 - Grupo de Assessoria a Adolescentes Selecionados pelo Sistema Penal Juvenil

O G10 atua na defesa de adolescentes que necessitam de assessoria jurídica em processos de ato infracional. Como ação de extensão, não restringe o trabalho às práticas jurídicas, e atende às diversas necessidades de acompanhamento do caso - como algum encaminhamento clínico ou educacional. O trabalho do grupo busca possibilitar que os adolescentes da parcela menos favorecida da sociedade tenham seus direitos reconhecidos e protegidos, bem como o apoio psicológico de que necessitam. O projeto conta com advogados, psicólogos e estudantes da UFRGS e de outras universidades, todos trabalhando voluntariamente. A iniciativa do trabalho parte do que preceitua o Art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A porta de entrada aos serviços do grupo se dá por entrevistas iniciais marcadas na secretaria do SAJU, acolhendo casos de diversas regiões da cidade. E, desde que passou a

constituir o PIPA em 2011, o G10 começa a atender, também, os casos egressos do PPSC - apesar de que a grande maioria dos casos assessorados pelo grupo já fossem da região do Partenon.

Minha atuação de estágio se dá no PIPA, trabalhando nos três programas que o constituem. Por serem práticas articuladas, é delicado delimitar o que me compete de cada programa. Não obstante, a título de clareza, posso destacar que minhas atividades no G10 se dão no trabalho junto aos casos atendidos juridicamente pelos assistentes e advogados do grupo, fazendo visitas e encaminhamentos na área da saúde e do trabalho quando surgem essas demandas, bem como no trabalho com as questões de políticas públicas de cumprimento de medida e saúde mental junto às instituições envolvidas - principalmente com a FASE e os CREAS. Pelo Estação Psi atuo pela via do Acompanhamento Juvenil de adolescentes em medida e por intervenções e acompanhamentos dos jovens que cumprem prestação de serviço à comunidade - sendo estes acompanhamentos uma atividade do PPSC também. Além disso, no PPSC participo do planejamento e das atividades desenvolvidas nas oficinas socioeducativas.

3. As (múltiplas) adolescências

O período da adolescência se caracteriza por um intenso trabalho psíquico, subjetivo e relacional (Rosa e Vicentin, 2012), iniciando-se pela entrada na puberdade. Vale ressaltar que o conceito de adolescência (bem como o de infância) é relativamente novo na história, e cria-se a partir de uma necessidade de reestruturação social. O complexo desenvolvimento da sociedade moderna capitalista passou a exigir uma formação escolar mais longa e uma maior qualificação dos jovens, adiando sua entrada no mercado de trabalho. O adolescente é convocado a saber sobre si, a tomar precoces decisões sobre o seu futuro e sobre a maneira que escolherá inserir-se socialmente. Rosa e Vicentin (2012) afirmam que as encruzilhadas da adolescência se encontram entre a identidade e o desejo, entre o familiar e o social:

“Apresentam-se em um contexto que propicia um modo de laço que empurra o sujeito violentamente ao gozo, seja sob a forma de consumo e lucro, seja na de sofrimento, e que tem como estratégia propor aos sujeitos uma realidade posta (imposta), que os abstém dos dilemas éticos. Isso gera, para além do mal-estar, violências” (2012, pag. 42).

Há um antagonismo nos discursos que se dirigem aos jovens. Em dados aspectos, a juventude é venerada como um modelo a ser seguido e mantido em função de seus atributos estéticos e sexuais, por sua potência, rapidez e pela agilidade para aprender coisas novas. Entretanto, não raro surgem os descontentamentos em relação à adolescência - sua apatia e desinteresse pela vida social e política, bem como com a família e a escola. Além disso, existem as diversificações dentro da própria adolescência: dependendo da posição social que um jovem ocupa, lhe serão depositadas diferentes qualificações e expectativas culturais. Isso acaba por gerar diferentes leituras de um ato ou de um comportamento de um sujeito adolescente dependendo da situação financeira em que vive; à juventude de classes sociais menos abastadas recai o estigma da rejeição, da vulnerabilidade e da violência.

3.1 O imperativo do gozo na adolescência

A adolescência segundo Rassial (1999) é caracterizada como um estado limite, onde o Outro⁷ entra em crise, isto é, o sujeito adolescente não acredita mais na garantia de seu gozo, seus referenciais estruturantes estão fragilizados. Nesse período, o sujeito é convocado a assumir outra posição subjetiva para, então, fazer-se atuante na sociedade.

A saída da infância e entrada na puberdade vem exigir uma representação simbólica desse sujeito, podendo irromper uma angústia que deixa o sujeito sem suporte significativo. A insegurança torna-se então, como salienta Calligaris (2000), um traço próprio do adolescente, pois este passa a enxergar uma série de exigências sociais contraditórias: o imperativo de se tornar independente, mesmo que lhe digam não estar preparado, o fato de já ter maturação sexual, mas não poder assumir um relacionamento - o que o autor chama de *fase da moratória*. Os adolescentes se encontram confusos quanto a sua posição e modo de agir na sociedade, isto

⁷ Segundo os preceitos de Jacques Lacan, é o termo que designa um lugar simbólico: a lei, o significante, a linguagem, o inconsciente; o qual *“determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo”* (Roudinesco e Plon, 1998).

é, eles questionam qual a demanda social – advinda do olhar do outro – dirigida a eles e como respondê-la.

O imperativo de gozo predominante em nossa sociedade afeta o adolescente em suas referências, uma vez que limita as possibilidades representativas. O adolescente, por sua vez, passa a reclamar por um referencial idealizador que antes regia sua vida infantil, porém o que este encontra é um Outro que só ordena, que nada tem a oferecer fora do mundo consumista e que cria uma ilusão de recuperação do objeto perdido.

Algo que está presente na atualidade é o expressivo número de atos infracionais realizados pela juventude. É de se questionar o quanto os atos desses jovens não podem ser o reflexo de uma convocação das práticas do nosso tempo (Gurski, 2012). Isto é, quais as condições e forças do nosso laço social⁸ que estariam atravessando e constituindo os atos e comportamentos desses jovens.

Penso que a cultura consumista é uma dentre tantas forças que atuam nos modos de subjetivação contemporâneo, atravessando os sujeitos de diversas maneiras e seduzindo, principalmente, a juventude - digo isto pelo forte mandado da nossa cultura de permanecermos sempre jovens, incitando cirurgias plásticas, comercializando cremes de rejuvenescimento, divulgando massivamente adolescentes nas mídias de moda, etc.

3.2 A incompletude e o desamparo

Frente ao mal-estar gerado pela impossibilidade de satisfação plena que surge em nossa sociedade atual, levanta-se a questão do desamparo como um efeito das condições subjetivantes presentes na realidade consumista e individualista em que vivemos.

Freud (1926) apresenta o desamparo como parte da constituição subjetiva do sujeito, onde o Outro possui um valor inestimável da construção da vida psíquica. O desamparo configura-se na medida em que evoca no sujeito a experiência de estar submetido a uma intensidade pulsional excessiva, que o deixa assujeitado ao Outro. Segundo o autor, o sentimento de desamparo é uma confluência entre pulsão e produção de sujeito desejanter. É o traumático confronto com a impossibilidade de representar e organizar simbolicamente uma experiência, a impossibilidade de traduzir no campo da linguagem o que é experimentado, é perceber-se incompleto: a condição de assujeitamento ao Outro.

⁸ O entendimento de *laço social* refere-se à inscrição do sujeito no que é reconhecido e legitimado pela cultura, políticas, instituições e relações sociais; inscrição essa que gera a sensação de pertencimento e implicação (Conte, 2008).

Devido à fragilização e destituição do Outro, ocasionado pelo enfraquecimento dos laços sociais que asseguram uma sustentação subjetiva, o adolescente muitas vezes se atrai pelo discurso do consumo que tenta promover a garantia de um gozo e evitar o contato com a falta. O objeto de consumo funcionaria, então, como uma tentativa de tamponar a angústia e apreender o objeto perdido através da oferta de prazer como forma de evitar o sofrimento presente no mal-estar do processo de adollescere. Lipovetsky (2010) caracteriza a sociedade do hiperconsumo como “*a civilização da felicidade paradoxal*” (2010, pag. 17), isto é, uma sociedade em que a busca pela pretensa felicidade se caracteriza por repetidas frustrações: uma série infinita de prazeres oferecida pelo mercado, de gozos instantâneos que logo perdem seu efeito. Pela a sua ânsia em suprir a incompletude, o sujeito repetiria infinitamente a busca pela completude em objetos reais, isto é, o sujeito ficaria fixado no seu desejo de onipotência narcisista, procurando no objeto de consumo a experiência fugaz e compulsoriamente renovada de um sentimento de completude.

A partir das colocações anteriores procuro trabalhar, neste trabalho, as questões da sociedade de consumo em que vivemos, discutindo como essa realidade atual incide nos sujeitos - focando, principalmente, nos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Para tal, trarei narrativas dos jovens com os quais tenho vivências em minha prática de estágio, narrativas estas que explicitam o discurso do consumo e do excesso de nossa atualidade.

4. Sociedade de consumo e identidade

Na Modernidade, pela importância dada à Razão e pelo ideal cientificista, a humanidade passou a ter controle da natureza, a tendo a sua disposição e extraindo dela matéria para a produção e avanço da civilização. Com os desenvolvimentos tecnológicos das últimas décadas, as pessoas acabaram se afastando das linhas de produção por causa da automação dos processos produtivos, bem como o excesso de bens gerados. O aumento da produtividade industrial teve influência na transformação imaginária do trabalho. O trabalho foi perdendo seu caráter artesanal/manufaturado pelo avanço tecnológico, o qual trouxe uma melhoria nas condições de vida dos operários e criou um mercado de compradores. Novos produtos passaram a ser produzidos e vendidos em uma velocidade que “*mudou o sentido no ato de fabricar e no de comprar*” (Costa, 2004, pag. 133).

Desta forma, a sociedade passou a ser fundamentada por uma estrutura de consumidores, e não mais de produtores - não que não houvesse consumidores na época anterior, mas o consumo era secundário à produção. Contemporaneamente houve uma inversão do substrato social (Bauman, 1999), onde o consumo emerge como atividade principal do sujeito, independentemente do seu papel nos processos produtivos.

“ (...) o que temos em mente é que a nossa é uma "sociedade de consumo" no sentido, similarmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma "sociedade de produtores". Aquela velha sociedade moderna engajava seus membros primordialmente como produtores e soldados.” (1999, p. 87).

A lei que rege a sociedade atual é a de que seus membros devem, acima de tudo, desempenhar o papel de consumidores. É o potencial para o consumo que determinará a inclusão social e a pretensa felicidade do sujeito. Em seu papel de consumidor, não é a simples satisfação das necessidades que assombra uma pessoa, mas o receio de desejos ainda não descobertos e nem imaginados que fazem a promessa ser tão tentadora. No que diz respeito a esta lógica, a satisfação do consumidor deveria ser instantânea e isso num duplo sentido. Obviamente, os bens consumidos deveriam satisfazer de imediato, sem exigir o aprendizado de quaisquer habilidades ou extensos fundamentos; mas a satisfação deveria também terminar fugazmente, isto é, no momento em que o tempo necessário para o consumo tivesse terminado (Bauman, 2008).

A constituição da modernidade transformou algo da ordem do sujeito e do desejo, calcando-se no autocentramento do indivíduo. A *individualidade* passa ser a categoria fundamental que define o ideário da modernidade. O sujeito passa a ser atraído por tudo aquilo que se apresenta a ele como novidade, evidenciando uma postura curiosa do sujeito em relação à atualidade. O desejo passa ser o que movimenta o sujeito a capturar algo que lhe é inapreensível. Seguindo essa ideia, Birman (1998) discorre sobre o narcisismo característico da atualidade, em que o que importa é a exaltação do próprio *eu* - apresentando o autocentramento sob a forma da *estetização da existência* (1998, pag.166). Segue:

“O cuidado excessivo com o próprio eu se transforma assim em objeto permanente para a admiração do sujeito e dos outros, de tal forma que aquele realiza polimentos intermináveis para alcançar o brilho social” (1998, pag. 167)

Sob esta perspectiva do individualismo e consumismo é possível se levantar a ideia que traz Conte e Oliveira (2007) de que a cultura consumista é produtora de identidades, *“em que tanto mais poder os objetos adquirem quanto mais o interior está esvaziado e exteriorizado”* (2007, pag. 97). Uma pessoa se reconhece através de objetos e marcas, e assim consegue atingir uma satisfação interior. Os objetos servem de apresentação identitária e reconhecimento social na busca por ser incluído socialmente. É pelo o que se compra e se consome, que uma pessoa se revela; os objetos vão falar do seu universo pessoal, da sua singularidade. O que é importa é confirmar o seu valor aos seus próprios olhos- e aos olhos dos outros.

A marca exibida é subjetivante, ela transcreve uma apropriação pessoal, uma paradoxal vontade de individualizar-se e, ao mesmo tempo, integrar-se em um grupo. A lógica que guia a sociedade de consumo acaba denunciando a maneira em que objetos servem para demarcar as relações sociais e suas fronteiras, uma vez que tudo pode ser consumido: cultura, roupas, comida, lazer, etc.

“Em nossos dias, a mania pelas marcas alimenta-se do desejo narcísico de gozar do sentimento íntimo de ser uma “pessoa de qualidade”, de se comparar vantajosamente com os outros, de ser diferente da massa, sem que sejam mobilizados, por isso, a corrida à consideração e o desejo de provocar a inveja de seus semelhantes” (Lipovetsky, 2010, pág. 48)

4.1. Vida de espetáculo

Como resultado da cultura consumista e narcísica da atualidade, toma forma a sociedade do espetáculo, mediando as relações sociais através de signos e imagens - a mercadoria é vista como a razão última de todas as relações sociais. Esta mercantilização das relações sociais perpassa todas as esferas do cotidiano: lazer, cultura, comunicação, espaços públicos que são

invadidos por esta alienação da sociedade do espetáculo. Não obstante, não é somente na forma de vida social capitalista que se cultua o espetáculo. Debord (1967) argumenta que em todas as sociedades em que há divisões de classes sociais, há a valorização de imagens e de suas dimensões midiáticas como instrumento de exercício de dominação social. Desta forma, o espetáculo torna-se uma especialização do poder, uma forma de se relacionar no laço social.

Lipovetsky (2008) contextualiza o surgimento da moda no final do século XIX como um fato marcante para a construção da modernidade. A moda determinou uma era regida pela instabilidade, por constantes mudanças e por uma curiosidade nata em conjunto com o interesse pela realidade exterior, pela forma, pela aparência - marcas estas que se tornaram regras na cultura moderna. No interior da dinâmica individualista das práticas consumistas constitui-se uma ditadura das mercadorias como signos/ícones, as quais fazem parte de uma publicidade onde os meios de comunicação em massa ditam essa moda. A frivolidade e a futilidade tornam-se formadoras de um padrão estético dominante, copiado e desejado pelas massas e constituindo, então o ideário da *estetização da existência* proposta por Birman (1998), onde a mídia se destaca como instrumento essencial para a exaltação de si mesmo. Sendo assim, a cultura da imagem-espetáculo seria o correlato fundamental da *estetização do eu*, uma vez que a produção da representatividade social se dá pela dedicação excessiva na construção da imagem pela individualidade.

“ Institui-se assim a hegemonia da aparência, que define o critério fundamental do ser e da existência em sua evanescência brilhosa. Na cultura da estetização do eu, o sujeito vale o que parece ser, mediante as imagens produzidas para se apresentar na cena social, lambuzado pela brilhantina eletrônica” (Birman, 1998, pag. 167).

Esse apelo à visibilidade é um fenômeno que seduz massivamente a juventude. Isso porque, para um adolescente, ostentar uma marca é antes uma maneira de não parecer menos que os outros do que de querer sobressair-se. Ao fardar uma marca reconhecida, por exemplo, o jovem sai da impessoalidade, legitima sua participação na vida do consumo.

4.1.1 O espetáculo da juventude

Outro ponto a ser levantado é a crescente idealização da juventude, a qual vem sendo facilitada por nossa cultura do consumo. Isto é percebido não apenas pelo interesse das pessoas em permanecerem jovens - através de cosméticos, cirurgias plásticas e pela própria indumentária -, como também pelo fato da própria adolescência começar a lançar tendências culturais e mercadológicas. Calligaris (2000) discorre sobre como a adolescência se tornou a lógica atual do modelo moderno de liberdade, representando o estilo de vida que mais se aproxima desse ideal no imaginário social. O autor defende que os estilos e vestimentas que caracterizam os grupos de adolescentes (os surfistas, os *punks*, os *funkeiros*, etc) e servem como suas marcas identitárias, são rapidamente transformadas em mercadorias e comercializados.

“(...) cada grupo, e a adolescência em geral, se transformam em uma espécie de franchising que pode ser proposta à idealização e ao investimento de todo o mundo, em qualquer faixa etária”
(Calligaris, 2000, p. 58).

A adolescência passa a ditar símbolos e insígnias a serem vendidos e desejados por todos, tornando-se modelo de identificação. Jovens, crianças e adultos passam a compartilhar ideias da juventude - fenômeno o qual Maria Rita Kehl (1998) chamará de *teenagização* da cultura -, tornando a adolescência um padrão desvinculado das limitações de uma faixa etária. Segundo Kehl, a partir da década de 60 há uma inversão dos valores, pois, anteriormente, eram os jovens que buscavam ser reconhecidos como adultos, imitando-os.

A ideia da *estetização* da vida propicia a propagação de tais modelos pela conjuntura social, devido ao crescimento da cultura do consumo - a qual promove uma infinita busca por novos estilos, gostos e sensações através da identificação com signos/ícones. Desta forma, a juventude também vira um ícone a ser incessantemente divulgado e imitado, sendo este ícone vendido pelo mercado como algo que representa o belo, o revolucionário, o incansável. Desta forma, ao mesmo tempo em que na nossa sociedade os adolescentes se transformaram em um forte mercado consumidor, a adolescência passou a ser uma poderosa estratégia de propaganda à disposição da indústria cultural, de lazer e de cosméticos - elevando-se, assim, a juventude a um ideal cultural (Kehl, 1998).

5. Fomentadores da cultura consumista

O homem moderno vive sob o mandato de produção e reprodução do capitalismo contemporâneo, o qual se caracteriza pelo ritmo de rapidez e de incessantes novidades, aliados ao apelo da visibilidade. No meio disso, é mister ressaltar a importância midiática que muito contribui para a sustentação da cultura das massas. Em harmonia com a moral do espetáculo que nossa cultura consumista propicia, a mídia dispõe-se a legitimar visões de mundo particulares - de uma minoria -, tornando-as plausíveis e convincentes (Costa, 2004). Assim, a população tem seus gostos guiados pelo estilo de vida da minoria elitista, instigada a imitar a realidade dos poderosos e famosos.

5.1 Televisão e outras mídias

A televisão e a internet tornaram-se importantes veículos socializadores de imagens e padrões em nossa sociedade. Na época de virtualização das mídias, a televisão reforça a visibilidade que se dá a certos valores culturais, bem como a práticas de grupos sociais. Surgem no campo cultural, então, personagens com prestígio social: atores, modistas, bandas, etc; ícones a serem consagrados e seguidos. Sales (2007) ressalta que este tipo de mídia opera contrastando figuras anti-sociais - mas não por isso destituídas de poder -, regulando condutas ao definir o que estaria contra ou fora da ordem. Deste modo transmite-se o discurso normativo, ao se escracharem as disputas de representações sociais da esfera pública.

“Os principais padrões veiculados são, todavia, aqueles identificados com os valores e tendências da classe ou fração simbólica e economicamente dominante, mostrados quase sempre como os mais “inteligentes”, “belos”, “valorosos”, “importantes” e “poderosos” (Sales, 2007, pág. 103).

Através da midiaticização da sociedade de espetáculo, as pessoas se vêem e são vistas através dessas representações - o ideal da visibilidade social é projetado ao vivo e a cores. As vidas são expostas e julgadas, seja a do presidente, a de uma secretária, ou de um jovem infrator. Ocorre que quando a criminalidade é exibida, geralmente associada à esfera mais

pobre; ela aparece como um modelo a não ser seguido, um espetáculo a ser julgado - e não questionado e pensado.

5.2 Funk da ostentação

A trilha sonora das periferias tem sido dominada pela batida funk. Do “rap é compromisso” do Sabotage, o hip-hop de temática social, foi tomando cena os famosos funks cariocas. Nos últimos tempos, São Paulo foi berço de um estilo de funk iniciado nos Estados Unidos: o funk da ostentação. Os temas como preocupação social e a vida do crime (o “proibidão”) são substituídos por uma apologia às marcas, carros, bebidas e mulheres. Esse estilo do funk é o que predomina nos bailes da periferia de diversas cidades brasileiras, inclusive em Porto Alegre, funcionando como mais um veículo de propagação em massa da cultura do consumo, pois escancaram em suas letras todo o discurso materialista conservado em nossa cultura.

Segue, para exemplificar, uma música do *Mc Guimé*, um dos precursores do funk da ostentação:

Se um é pouco,

Dois é bom,

Três é demais!

Mc Guime, Kondzilla,

Dj Bala na batida.

Vai segurando.

Tapa, tapa ta patrão

Quando da uma hora da manhã,

É que o bonde se prepara pra vibe,

Abotoa a polo listrada,

Da um nó no cardaço, no tênis da Nike.

Joga o cabelo pra cima,

Ou põe o boné que combina com a

roupa,

A picadilha pode ser de boy,

*Mais não vale esquecer que somos vida
loca.*

As mais top vem do nosso lado,

Ficam surpresas ganha mó moral,

Se o paparazzi chega nesse baile,

Amanhã seu pai vê sua foto no jornal.

Portando o kit de nave do ano,

Essa é a nossa condição,

Olha só como que o bonde tá

Tapa, tapa, tapa, tapa ta patrão

Tapa, tapa, tapa, tapa ta patrão

Tênis Nike Shox, Bermuda da Oakley,

Camisa da Oakley, olha a situação.

Tapa, tapa, tapa, tapa ta patrão

Tapa, tapa, tapa, tapa ta patrão

Caralho moleque, vai segurando.

*Tapa, tapa, tapa, tapa ta patrão
Quando ouviu o barulho do motor,
Era nós passando pela sua quebrada,
Levantou e foi ver na janela,
Na hora que viu ficou impressionada.
De Hornet ou de R1,*

*Se só foder, de moto eu paro,
Eu vou até minha garagem,
Buscar meu Veloster, Sonata ou
Camaro.
Tapa, tapa, tapa, tapa ta patrão
Tapa, tapa, tapa, tapa ta patrão*

6. Narrativas dos jovens acompanhados

As questões do “dinheiro fácil” e da compra massiva frequentemente surgem no discurso dos jovens encaminhados ao PPSC. Como trabalhar com eles esta questão? Muitas vezes, seus argumentos são perfeitamente compreensíveis: eles são jovens que, em geral, não têm possibilidades de escolhas, com poucas perspectivas e em quem não é depositada confiança; vivendo em um ambiente em que o tráfico aparece como acolhedor e com promessa de enriquecimento. Mas não apenas o dinheiro fácil é o que se perpetua no discurso dos jovens acompanhados. O gasto exacerbado e constante também está presente nas suas falas, evidenciando a cultura consumista que lhes atravessa.

Trago aqui algumas narrativas dos jovens que acompanho na prática do estágio - tanto nas oficinas socioeducativas e no acompanhamento jurídico, quanto no AJ. A ideia da narrativa é dizer de algo processual, que não tem um início, meio e fim, e que pode se reinventar no ato da fala e no momento que se narra novamente - e que, inclusive, permite se reinventar. É importante frisar que não uso seus nomes verdadeiros, afim de preservar suas identidades.

6.1 A pensão

Luís chega ao PPSC vinte minutos antes do horário de sua Entrevista Inicial para começar a cumprir medida de prestação de serviço comunitário. Veio acompanhado de sua tia, irmã gêmea de sua mãe. Bem humorado, Luís conta sobre sua vida sem “papas na língua”. Diz que não gosta de fazer muita coisa, passa o dia jogando vídeo-game.

Atualmente, acrescenta, está ajudando na obra de sua casa. Está matriculado no colégio, cursando o primeiro ano do ensino médio. Conta que ganha pensão do pai – *que tem curso superior de recursos humanos* – e que sua mãe lhe deixa administrar esse dinheiro. Mas conta que não contribui muito nos gastos de casa, gosta de usar seu dinheiro para comer no Mc'Donalds e para comprar roupas de marca.

Seu ato infracional, como o da grande maioria dos adolescentes que chegam ao PPSC, era de tráfico de drogas. Conta que “caiu⁹” quando estava voltando para casa, já havia encerrado pelo dia, e acrescenta que recém havia começado a trabalhar com isso, era o seu terceiro dia vendendo drogas – discurso que se repete em muitos meninos que fazem PSC. Neste ponto, foi inevitável a pergunta de o que lhe teria atraído no trabalho com o tráfico, já que teria pleno acesso à pensão que ganha de seu pai – algo que raros adolescentes têm.

- *A pensão é uma vez por mês, o tráfico é dinheiro fácil todo dia* – responde Luís, sem pestanejar.

A resposta do rapaz não poderia ter “escrachado” mais a questão do imediatismo contemporâneo, por denotar sua necessidade de sempre ter o dinheiro para sustentar suas saídas e compras, mesmo trabalhando e ganhando o dinheiro da pensão. Afinal, o que lhe aparece como palavra de ordem é o “compre agora as novidades que o mercado oferece”.

6.2 Glamour e mulheres

Marcos é um adolescente que faço Acompanhamento Juvenil dentro da FASE. Começou a se envolver com o tráfico quando tinha quatorze anos; de início era pequeno, vendia apenas maconha e não ganhava muito - o suficiente para comprar a própria maconha e comer fora, como relata. Mas ele queria impressionar as gurias, diz, e elas adoram os “envolvidos” (no tráfico, no caso).

- *Se vai crescendo na firma e ganhando mais dinheiro, e as gurias começam a cercar o cara, se tu tá armado, então...*

Relata que havia dias em que ia mais de cinco vezes ao Mc'Donalds, *porque as gurias adoravam ir no Mc*; fazia várias viagens, cada uma com uma menina diferente.

⁹ Na linguagem das medidas socioeducativas, *cair* significa ser pego pela polícia, ir preso.

Traz muito a fugacidade dos seus prazeres com drogas e bebidas, exibindo-se com seus gastos extravagantes em bailes *funks* para chamar atenção das mulheres, dizendo que chegava a gastar mais de dois mil reais em uísque importado - sempre com a ideia do dinheiro que vem fácil, vai fácil. Explica que *se o cara não gasta o dinheiro, a polícia pode pegar em um ataque¹⁰, então é melhor gastar tudo de uma vez mesmo* - evidenciando como as forças do laço social vêm atravessando as decisões e comportamentos deste, entre tantos outros, adolescente.

A questão das marcas quanto formadoras de identidades é muito latente com este adolescente. Mesmo estando em internação sem possibilidade de atividades externas (ISPAE), pede para sua mãe comprar - com o pouco dinheiro que ganha no curso que faz dentro da FASE - bonés, tênis e roupas. Diz que tem que andar com roupas de marcas para as pessoas saberem que ele tem dinheiro. Mesmo institucionalizado, faz questão de se mostrar como alguém que pode sustentar marcas caras, em uma intensa busca por se mostrar visível aos outros. Marcos ainda diz que, principalmente quando se está na rua, não se pode usar qualquer tênis, tem que ser Nike; moletom Adidas e correntes de prata *que custam trezentos reais cada uma*, porque *se o cara não usa coisa de marca, as gurias não dão atenção, elas querem cara de dinheiro*. E que, além disso, *usar roupas de marca mostra que se tem dinheiro, que se é importante no tráfico*. A identificação com as marcas e o intenso consumo - de bebidas, *Mc's* e mulheres - o colocariam em uma posição de poder, evidenciam a importância que se tem dentro da firma¹¹. Marcos encontra nas marcas que ostenta e no dinheiro que gasta em festas possibilidades de referência, isto é, é através disso que se reconhece e se faz reconhecido como alguém de importância no local onde vive.

6.3 Os maloqueiros do ônibus

Em certa oficina socioeducativa do PPSC, os jovens estavam conversando entre si sobre as suas “correrias¹²” passadas e presentes. Um dos participantes começa a narrar, em tom de deboche, de que quando estava indo para a oficina daquele dia,

¹⁰ Revista policial.

¹¹ Maneira como alguns jovens costumam se referir ao trabalho no tráfico.

¹² As coisas que passam em função do tráfico, seja o trabalho em si até fugir da polícia.

escutara *dois maloqueiros mal vestidos* - neste ponto descreve que os dois meninos estavam usando chinelos de dedo e camisetas rasgadas - conversando alto sobre seus esquemas, correrias e os contras¹³. Todos começam a rir então, falando mal dos dois rapazes do ônibus, chamando-os de *chinelões querendo se passar por traficantes*. Quando lhes questionamos do porquê dessa resposta, explicam que traficante só anda bem vestido, com roupa de marca *para as pessoas saberem que o cara tem dinheiro*. A leitura que pode ser feita é de que seria através desta ostentação do dinheiro, do consumo por identidades, que os jovens se diferenciariam entre si.

Ao final dessa oficina, como de costume, os adolescentes mexem no computador e colocam música para tocar. Frequentemente botam para tocar um dos *funks da ostentação*, com videoclipes recheados de carros importados, mulheres lindas cobertas em jóias, muita bebida e festa - músicas que além de incentivar e perpetuar a ostentação ao luxo e ao gasto são também resposta à intensa cultura e apologia ao consumo da atualidade. Retomando a conversa anterior, sobre os meninos malvestidos, questionamos os adolescentes o que eles pensavam sobre o que aparecia nos videoclipes desses *funks*. Os jovens sustentam o que haviam falado anteriormente, *que é cheio 'das coisas' que se tem que chegar nos bailes funks*, e complementam que *todo mundo quer dinheiro pra se divertir*. “Todo mundo quer dinheiro para se divertir” é uma realidade incontestável; afinal, não é apenas no *funk de ostentação* que a ideia de consumo e prazer são relacionadas. A felicidade, o sentimento de completude, é corriqueiramente vendido em programas de televisão e mídias eletrônicas - os quais exibem padrões de vida e de consumo.

As narrativas aqui trazidas são apenas uma pequena amostra dentre tantas falas dos jovens que elucidam a força de subjetivação que a cultura consumista exerce. Os jovens acompanhados pelo PIPA, assim como todos adolescentes, são testemunhas das constantes propagandas e programas que valorizam o ideal consumista. Ademais, no próprio ambiente em que vivem é muito forte a valorização do *funk* da ostentação, o que pode ser entendido como um legitimador das referências consumistas. Deste modo, o ato infracional apareceria como uma maneira de buscar o pertencimento social que é intensamente propagandeado, tanto pelo dinheiro que o tráfico gera e que lhes propicia

¹³ Os contras são os inimigos; em geral, concorrência no tráfico.

poderem adquirir as marcas-referências, quanto pelo roubo, onde o objeto roubado entra em cena como um objeto consumido que trará a completude.

7. Juventude em conflito com a lei

Os jovens cujas narrativas aforam apresentadas também são massivamente abordados por mídias que instigam o consumo exacerbado, que prometem um sentimento de completude com mercadorias de última geração. Jovens que vivem em um ambiente em que as políticas públicas de educação e saúde são sucateadas, que carregam o estigma da desconfiança e poucas alternativas lhes são depositadas. A *moratória social* da qual fala Calligaris (2000) parece, por isso, ser mais uma interdição para esses adolescentes do que um tempo de espera, uma promessa de futuro, considerando-se as poucas perspectivas que lhes são designadas em nossa sociedade. Precisam consumir para serem reconhecidos socialmente, mas devem fazer isso através das limitadas possibilidades em que vivem, e ainda sem conseguir vislumbrar muitas alternativas futuras de trabalho em relação aos outros jovens de classes mais abastadas. Muitos desses jovens acabam por cometer atos infracionais pela possibilidade de também poderem consumir os objetos de pretensa felicidade que lhes garantem um lugar na sociedade e lhes dão autonomia. Como diz Oliveira:

“(...) o que está permanentemente evocado pelo adolescente suburbano em suas escolhas de ingresso na criminalidade é a esperança de uma mudança de lugar pelo acesso ao significante-dinheiro como mediador do reconhecimento buscado. Uma forma mais ágil, embora com mais riscos à própria vida, de conseguir a inclusão social que lhe é negada” (2001, pág. 61)

Muitos jovens, atravessados pela cultura consumista, alienados a submeterem-se à sociedade do capital, resolvem esse impasse por modos legitimados na atualidade: individualista e agressivo. O ato infracional pode ser uma estratégia para resolver o

problema do despertencimento social, um atalho para o reconhecimento, uma vez que não haveria sentido postergar um gozo em nome de uma promessa de futuro *que não acontecerá*. Afinal, a lógica imediatista da sociedade de consumo atravessa todas suas esferas. Por isso, Oliveira (2001) propõe que se pode pensar em uma equivalência entre objeto roubado e objeto consumido, já que nenhum trará a satisfação plena, apenas reeditará o desejo de consumir/roubar novos objetos. O tráfico também aparece como uma alternativa para a inclusão na vida de consumo; mostra-se acolhedor e com possibilidade de crescer dentro da “firma”, de hierarquizar-se. Oliveira (2001) ainda traz que o ato delinquente não é apenas um sintoma social, mas uma interpolação à sociedade, uma vez que força o reconhecimento e inscrição na cultura do jovem da periferia.

Entretanto, há uma dualidade em relação a essa visibilidade alcançada pelos jovens dos setores marginalizados. Atingir a visibilidade não significa ultrapassar as questões de discriminação e de não-reconhecimento que eles carregam como marca; a visibilidade é, em si mesma, um produto das relações de poder de nossa sociedade. Sales (2007) decorre sobre como pode deslocar-se de uma invisibilidade, para uma *invisibilidade perversa*, a qual a própria visibilidade pode, ao mesmo tempo, participar do processo de invisibilização.

8. (Conclusão) Da falta que permanece

Ao longo deste trabalho procurei discorrer sobre o ideário consumista moderno, levantando as questões do desamparo, da individuação e da estetização que surgem dele, bem como ilustrando-as com narrativas dos adolescentes que acompanho no PIPA. Em vista disso, é possível fazer algumas leituras sobre como isso vem se refletindo na juventude, em especial, a juventude em conflito com a lei, e quais desdobramentos isso vem gerando.

É válido discutir, inclusive, que as poucas políticas públicas que existem para estes jovens, acabam entrando na lógica da mercantilização, do ideal produtivismo/consumismo. O Plano Individual de Atendimento, por exemplo, geralmente é outro fomento à vida de consumo, uma vez que as poucas opções de

cursos e atividades oferecidos são voltadas para se adequar a um padrão mercadológico - o que parece ser uma oportunidade acaba sendo outro enquadramento dentro da sociedade de consumo.

Pode-se observar como o consumo desenfreado vem sendo a única saída que a juventude tem encontrado para dar conta do desamparo, pela via da satisfação, da produção de identidade, do prazer imediato. O ato infracional entraria nesta lógica, oferecendo meios que sustentam a possibilidade dos jovens serem peças ativas na sociedade de consumo, afim tamponar o vazio do desamparo. O que é de se pensar é que outros amparos podem ser pensados para essa juventude a qual tão poucas alternativas e expectativas lhe são depositadas. Fica o questionamento de que outras referências seria possível oferecer para os jovens que recebem pouco investimentos das políticas públicas.

9. Referências Bibliográficas

Alonso, S. L. *A escuta psicanalítica*. Comunicação apresentada no painel sobre "A escuta psicanalítica", promovido pela Livraria Pulsional, em abril de 1988.

Bauman, Z. (1998). *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____ (2007). *Vida para consumo - a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Betts, J. *Sociedade de consumo e toxicomania – consumir ou não ser*. In APPOA - Revista. Nº. 26. Porto Alegre: APPOA, 2004.

Birman, J. (1998). *Mal-estar na atualidade - A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8069/1990, de 16 de setembro de 1990. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Lei Federal 12.594/2012, de 18 de janeiro de 2012. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília.

Calligaris, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

Carvalho, J. *Mergulhos de uma psicologia no acompanhamento juvenil: uma clínica porvir?* Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional - Grupo de Pesquisa Corpo, Arte e Clínica. Porto Alegre, 2012.

Conte, M. *Desafios na juventude: drogas, consumismo e violência*. In: *Educação e Realidade*, 2008, 33 (2), pág. 131-146.

_____. *A clínica psicanalítica com toxicômanos: o "corte e costura" no enquadre institucional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

Conte, M.; Oliveira, C.; Henn, C.; Wolff, M. *Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades*. In.: *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2007, 27 (1), pág. 94-105.

- Costa, J. F.. *O vestígio e a aura - corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- Debord, G. (1967). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- Flores, P. *Oficina com adolescentes em medida socioeducativa*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- Freud, S. (1895). *Projeto para uma psicologia científica*. In: Obras completas vol I. Rio de Janeiro: Imago, 2006..
- _____ (1926). *Inibições, sintomas e ansiedade*. In: Obras completas vol XX. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- Gurski, R. *Três ensaios sobre a juventude e violência*. São Paulo: Escuta/ Clínica Maud Mannoni, 2012.
- Kehl, M. R. *A “teenagização” da cultura*. Folha de São Paulo, 1998, Caderno Mais!
- _____ . *A Juventude como Sintoma da Cultura*. In: Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- Lesourd, S. *Gozos não limitados*. In: A Construção adolescente no laço social. Petrópolis: Vozes, 2004.
- Lipovetsky, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Oliveira, C. *Sobrevivendo no inferno - a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- Palombini, A. *Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade – contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica*. Pós-Graduação em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- Rassial, J. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

Rocha, N. P.; Garcia, C. A. . *A adolescência como ideal cultural contemporâneo*. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, 2008, 28 (3), 622-631.

Rosa, M. D.; Vicentin, M. C. *Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade*. In: *Debates sobre a adolescência contemporânea e o laço social*. Curitiba: Juruá, 2012.

Roudinesco, E.; Plon, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Sales, M.. *(In)visibilidade perversa - adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.